



ESPIRITO SANTO

ATUAÇÃO DE VIGILANTE EVITA MAIS UMA TRAGÉDIA EM ESCOLA NO ESPÍRITO SANTO



Na tarde desta quarta-feira (04/10), uma mulher entrou na Escola Estadual Ceciliano Abreu de Almeida (São Mateus/ES), em posse de (03) três facas, com o intuito de agredir a coordenadora da instituição. As informações dão conta de que a agressora entrou com uma faca na mão procurando a coordenadora quando foi impedida por um vigilante que fazia a segurança do local

Após ser imobilizada, dentro de sua bolsa foram encontradas mais (02) duas facas.

A mulher se encontrava bastante alterada, e inclusive, tentou agredir os Policiais no momento da prisão.

O Vigilante Jarlenio Procópio Alves, que trabalha na Empresa SEI Vigilância e Segurança Ltda, percebeu uma senhora bastante alterada conversando com a Coordenadora da Escola e atento, visualizou que se tratava de uma faca, e conseguiu desarmá-la e fazer a imobilização com a ajuda de professores.

Ressaltamos a importância desse profissional nas escolas. Pois em sua ausência, certamente teria ocorrido uma tragédia.

Não há valor que possa se pagar pela segurança de pessoas, principalmente em um ambiente tão frágil quanto em uma escola.

O Presidente Edimar de Oliveira Campos e toda Diretoria do Sindivigilantes parabeniza o Vigilante Jarlenio Procópio Alves, pela proteção da vida e do patrimônio.

FONTE: SINDIVIGILANTES ES

Presidente do STF se encontra com representantes das três maiores centrais sindicais



Outra audiência será agendada para uma conversa mais ampliada, com todas as centrais

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, se reuniu nesta sexta-feira (6), em São Paulo, com representantes das centrais sindicais Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). O encontro foi combinado durante a posse do ministro na Presidência da Corte, no último dia 28.

Na conversa, os dirigentes informaram questões de interesse dos trabalhadores que estão em discussão no STF, como contribuição assistencial e FGTS, além de

tratar da necessidade de modernização da estrutura sindical no país e da importância de valorizar a negociação coletiva.

O encontro estabeleceu um canal de diálogo com o Poder Judiciário a respeito de questões nacionais de interesse dos trabalhadores.

Durante a reunião, ficou ajustado que será agendada outra audiência, com representantes de todas as centrais sindicais.

FONTE: STF

Governo Lula atualiza “lista suja” do trabalho escravo com mais de 200 nomes



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou nesta quinta-feira (5) a versão atualizada da chamada “lista suja”, relação de empregadores envolvidos com trabalho análogo à escravidão.

Desta vez, segundo a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), são 204 nomes, a maior quantidade já registrada. Desse total, 19 referem-se a trabalho doméstico.

A relação completa pode ser conferida aqui.

De acordo com o MTE, a atualização tem “decisões irrecorríveis” referentes a casos identificados pela Inspeção do Trabalho desde 2018. Esses casos abrangem 25 das 27 unidades da federação – as exceções são Acre e Amapá.

estão Minas Gerais (37), São Paulo (32), Pará (17), Bahia e Piauí (14 cada), Maranhão (13), Goiás (11) e Rio Grande do Sul (8).

Carvão, bovinos, domésticos

Ainda segundo a SIT, as atividades econômicas com maior número de empregadores incluídos são produção de carvão vegetal (23) e criação de bovinos para corte (22). Em seguida, vêm serviços domésticos (19), cultivo de café (12) e extração e britamento de pedras (11).

“A inclusão de pessoas físicas ou jurídicas no Cadastro de Empregadores só

Entre os estados com maior quantidade,

ocorre quando da conclusão do processo administrativo que julgou o auto específico de trabalho análogo à escravidão, no qual tenha havido decisão administrativa irreversível de procedência”, ressalta o MTE. A atualização, semestral, visa a “dar transparência aos atos administrativos que decorrem das ações fiscais de combate ao trabalho análogo à escravidão” realizadas por auditores-fiscais do Trabalho.

Mais de 1.400 resgates em 2023

Essas operações costumam incluir agentes de outros órgãos públicos, como Defensoria Pública da União (DPU), Ministérios Públicos Federal (MPF) e do Trabalho (MPT), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os nomes dos empregadores devem permanecer publicados durante dois anos. Por isso, a atual lista teve 12 excluídos.

Das centenas de casos, dois se destacam

pela quantidade de trabalhadores resgatados. Foram 138 na Fazenda São Franck, da Agro Pecuária Nova Gália, em Acreúna (GO). E 78 em instalações de uma fábrica, ao lado de igreja em Ceilândia, no Distrito Federal, envolvendo o pastor Alírio Caetano dos Santos Junior.

De acordo com os dados disponíveis na SIT, neste ano, até agora, foram resgatados 1.443 trabalhadores de situação análoga à escravidão. Em todo o ano de 2022, foram 2.587. Desde que as operações tiveram início, em 1995, o total chega a 61.711.


Na relação encontramos a empresa do estado de Minas Gerais

JARIA SEGURANÇA E LOGÍSTICA EMPRESARIAL EIRELI 20.256.613/0001-00 conforme a foto abaixo

Foto: MPT

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo
(Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016)

INSPEÇÃO DO TRABALHO 

Atualização periódica de 5 de outubro de 2023. Cadastro atualizado em 05/10/2023.

I- PUBLICAÇÃO DO CADASTRO DE EMPREGADORES PREVISTA NO ARTIGO 2º, CAPUT, DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MTPS/MMIRDH Nº 4, DE 11 DE MAIO DE 2016

ID	Ano da ação fiscal	UF	Empregador	CNPJ/CPF	Estabelecimento	Trabalhadores envolvidos	CNAE	Decisão administrativa de procedência	Inclusão no Cadastro de Empregadores
223	2022	MA	J DE CASTRO ROMAN & CIA LTDA	11.739.303/0001-47	FAZENDA CACHIMBO - ZONA RURAL, MIRADORMA	1	5211-701	28/12/2022	05/04/2023
224	2019	PI	J. D. SERRADO	06.916.478/0001-42	FAZENDA CAMPO GRANDE, ZONA RURAL, ANTONIO ALMEIDA/PI	11	0161-099	25/10/2021	05/04/2022
225	2021	SP	J. E. DE ANDRADE PACHECO MERCEARIA	22.801.733/0001-14	ESTRADA SÃO SEBASTIÃO-BERTIÓGA Nº 1.372 (BR 101), TOQUE-TOQUE PEQUENO, SÃO SEBASTIÃO/SP	2	4712-100	21/03/2023	05/10/2023
226	2021	PE	J.A. MENDES DA SILVA PARQUE DE DIVERSÕES	24.154.835/0001-94	PARQUE DE DIVERSÕES LIDERANCA, AVENIDA HUM. CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE	5	9321-200	28/07/2022	05/10/2023
227	2022	GO	JANIO LUCIO AGUIAR	365.968.686-72	FAZENDA MARCELA, RODO. GO-174, 31 KM (DE RIO VERDE)GO A APARECIDA DO RIO DOCE) 9KM À DIREITA ZONA RURAL, RIO VERDE/GO.	6	0210-107	25/12/2022	05/04/2023
228	2019	MG	JARIA SEGURANÇA E LOGÍSTICA EMPRESARIAL EIRELI	20.256.613/0001-00	OBRA DA CRECHE MUNICIPAL DE VIÇOSA, RUA BERNARDES FILHO, 491-A, LOURDES, VIÇOSA/MG	11	4120-400	06/10/2020	05/04/2022
229	2022	MS	JC MECANIZAÇÃO E PLANTACÕES AGRÍCOLAS LTDA	45.241.235/0001-03	FAZENDA UMURAMA, ZONA RURAL, NAVIRA/MS	44	0161-099	05/09/2022	05/04/2023
230	2020	BA	JEAN CLEBSON ARAÚJO MAGALHÃES	033.520.825-88	FAZENDA PAU DE COLHER, RODOVIA BA-144, ZONA RURAL, VÁRZEA NOVA/BA	12	0139-399	09/11/2022	05/10/2023
231	2023	RS	JEAN VIVIAN MELO METALURGICA	30.243.585/0001-31	RUA BENVINDO ROTA GORDANI, Nº 149, FUNDOS DO DISTRITO INDUSTRIAL, SANTA ROSA/RS	1	2512-600	02/06/2023	05/10/2023
232	2022	MG	JF PRE MOLDADOS LTDA	38.162.218/0001-15	FABRICA DE PRE MOLDADOS, TRAVESSA SÃO FRANCISCO, N 30, BARRIO BOM JARDIM, PERIMETRO URBANO, JANUÁRIA/MG	13	4744-099	24/05/2023	05/10/2023
233	2021	GO	JOAO ANTONIO DE SOUZA E SILVA	358.395.831-72	FAZENDA BRITO - LOTEAMENTO BRITO, ZONA RURAL, LUZÂNIA/GO	2	0210-108	30/08/2022	05/10/2023

TRT-15 concede liminar contra Convenção Coletiva que excluiu os profissionais da área de vigilância da base de cálculo da cota de aprendizes e de PCDs



Conteúdo da Notícia

Em tutela de urgência, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, João Batista Martins César, determinou, nesta quarta-feira, 4/10, a suspensão dos efeitos de cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho que excluía das funções que exigiam porte de arma e curso de formação de vigilante da base de cálculo da cota de aprendizagem e para pessoas com deficiência (PCDs). Na decisão, o magistrado ressaltou que “a educação profissional, aí incluída a aprendizagem, além de ser um direito fundamental no nosso ordenamento jurídico, é um direito universal, e todos os esforços devem ser feitos para a sua efetivação.”

#ParaTodosVerem: mesa de trabalho, com vaso, a balança, malhete da justiça e apenas a mão de um homem de terno escrevendo. Acima, em branco, a palavra “liminar”. No rodapé inferior à direita, a logomarca do TRT-15.

A ação foi proposta pelo Ministério Público em face de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) celebrada entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo, Sindicato (Sesvesp) e Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Presidente Prudente e Região, a qual rejeitava as cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência na formação de profissionais de segurança privada. “O atendimento à porcentagem exigida na cota de aprendizagem, deve ser feito exclusivamente através do dimensionamento do setor administrativo”, afirmava a 26ª cláusula da CCT.

Em sua fundamentação, o magistrado mencionou entendimento do Tribunal Superior do Trabalho “pela possibilidade de contratação de jovens aprendizes na função de segurança privada”, sendo que “ se impõe a necessidade de cômputo do número desses profissionais na apuração dos montantes mínimos e máximos de vagas a serem ocupadas por aprendizes, na forma dos arts. 428 e 429 da CLT.”

Nesse percurso, João Batista Martins César evidenciou que “a limitação da base de cálculo da cota prevista no artigo 429 da CLT por norma coletiva transpassa o interesse coletivo das categorias representadas, para alcançar e regular direito difuso dissociado das condições de trabalho.” O desembargador ainda ressaltou que tal cláusula “ignora o direito fundamental à qualificação profissional de nossos adolescentes e jovens”, e também apontou que os sindicatos profissional e patronal não detêm legitimidade para dispor sobre matéria alusiva aos interesses difusos dos trabalhadores. “Trata-se de matéria de ordem e de políticas públicas, que não é passível de negociação coletiva, sob pena de violação do art. 611 da CLT”, reforça o magistrado.

Lei do Jovem Aprendiz

A Lei nº 10.097/00 prevê que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15% por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Processo nº: 0048205-18.2023.5.15.0000

FONTE: TRT 15 REGIAO

Reforma Tributária tem de ser aprovada para o país gerar mais emprego e renda

Secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional, critica parte do Congresso que atrasa a votação da reforma Tributária, fundamental para a geração de emprego e renda e melhorias nos serviços públicos

MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL - ARQUIVO



No Brasil os pobres pagam muito mais impostos do que os ricos, o que faz do país um dos mais desiguais do mundo. Para ajudar a mudar este cenário é preciso que a reforma Tributária seja aprovada pelo Congresso Nacional, pois é a partir dela que haverá um melhor equilíbrio tributário e permitirá ao governo arrecadar mais para investir em programas sociais que a população como um todo precisa.

No entanto, uma boa parte dos parlamentares não têm, ou têm muito pouco, interesse na

aprovação de leis que taxem os super-ricos e/ou os lucros que acionistas de grandes empresas recebem, sem pagar um centavo de imposto de renda.

Era esperado que o Congresso Nacional votasse na última quarta-feira (4), a taxaço de offshore- empresas de brasileiros instaladas em paraísos fiscais no exterior que escapam do imposto de renda. O governo diz que esses ativos no exterior pertencentes a brasileiros somam mais de R\$ 1 trilhão e praticamente não sofrem tributação.

A proposta inicial do governo federal contida no Projeto de Lei 4173/23, era a de que a taxaço sobre offshore fosse de 10% para gerar a arrecadaço de mais de R\$ 20 bilhões entre 2024 e 2026. Mas depois de negociaçoões junto aos parlamentares o índice baixou para 6%. Ainda assim, a votaço foi adiada para o próximo dia 24, e nem esta data está confirmada, pois há líder que ainda pede alguns ajustes no texto e, é preciso esperar a volta de uma viagem internacional do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O impasse é visto pelos jornalistas que acompanham o dia a dia do Congresso Nacional como uma forma de algumas bancadas tentarem pressionar por mais espaço e poder sobre o orçamento no governo Lula.

Outra ameaça de obstruço é uma reaço a julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF), que vem colocando em pauta temas como o direito ao aborto, a discriminaço do porte da maconha para consumo próprio e o marco temporal, o que irritou a bancada da bala, do boi e da bíblia (segurança, agronegócio e neopentecostais, respectivamente). Esses parlamentares querem que Lira ponha em votaço na Câmara projetos que praticamente liberam a invasão de terras indígenas pelo agronegócio e proíbem o aborto e criminalizam o porte de qualquer quantidade de droga, mesmo que seja um mínimo para consumo próprio.

Essa demora em resolver uma questão tão importante para a retomada do crescimento econômico, geraço de emprego e renda, além do equilíbrio das contas públicas, o que traria tranquilidade para investidores, é criticada pelo secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional, Ariovaldo de Camargo.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicaço da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgaço: Geraldo da Silva Cruz

Colaboraço: Jacqueline Barbosa

Diagramaço: Aníbal Bispo

“O que temos é mais uma vez a protelaço de um tema que para nós da CUT é muito importante. A taxaço dos super-ricos é necessária para que se possa alcançar uma reforma que busque diminuir as desigualdades que temos na tributaço. Hoje ela é basicamente sobre o consumo”, diz Ariovaldo, que complementa: “é preciso taxar quem vive de renda, de grandes cotas de ações e não apenas fazer uma reforma que simplifique os impostos sobre o consumo como foi o primeiro projeto de Haddad [ministro da Fazenda] a ser aprovado”.

O fato de o Congresso eleito ser extremamente conservador e formado, em sua maioria, por parlamentares representantes de empresários, latifundiários e dos mais ricos, é um empecilho para a aprovaço da reforma mais justa, avalia o dirigente CUTista. Ele, no entanto, acredita que é possível a reforma, a partir da pressão popular e dos sindicatos dos trabalhadores.

“A CUT, além de conscientizar a populaço para que ela se envolva na defesa da reforma Tributária, está dialogando com os parlamentares e a equipe do Ministério da Fazenda, porque não dá para flexibilizar mais do que a proposta inicial do governo. A bancada que sustenta o governo precisa chegar a um entendimento”, diz Ariovaldo.

A melhor proposta para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros é a reforma Tributária. Sem dinheiro novo não será possível repor servidores no país, melhorar os serviços públicos e gerar emprego e renda e fazer o Brasil voltar a ser um dos maiores do mundo-
Ariovaldo de Camargo

FONTE: CUT - Rosely Rocha

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF